

21

Louise Gabler
Arquivo Nacional

O PRIMEIRO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL:

**EXPERIÊNCIAS DE PRESERVAÇÃO
E AMPLIAÇÃO DO ACERVO, 1873-1889**

O presente artigo apresenta parte do estudo *O primeiro plano de classificação do Arquivo Nacional: experiências de preservação e ampliação do acervo, 1873-1889*, editado em 2020 pelo Arquivo Nacional (Gabler, 2020). A publicação analisa as principais experiências de organização e classificação da documentação existente no Arquivo Público do Império, bem como as iniciativas de ampliação do acervo entre 1873 e 1889, recorte do período monárquico em que Joaquim Pires Machado Portela⁶⁹ ocupou a direção da instituição. Em seu anexo, apresenta digitalizado na íntegra o plano de classificação publicado em 1876.

O primeiro estudo a tratar do plano foi o de Pandiá Hermann de Tautphoeus Castelo Branco, ao escrever *Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)*. O autor dedicou um capítulo para falar do plano de 1876, descrevendo sua gênese por meio da transcrição de fragmentos relacionados à temática da classificação nos diversos relatórios dos diretores. Seu trabalho, fundamental para qualquer pesquisador da história do Arquivo Nacional, seguiu uma linha mais descritiva e menos analítica sobre o contexto de formulação do plano, seguindo

69 O pernambucano Joaquim Pires Machado Portela nasceu em 12 de março de 1827, em uma tradicional família de políticos e latifundiários. Graduou-se bacharel na Faculdade de Direito de Olinda, atuando inicialmente como substituto do juiz municipal e de órfãos do Recife, trabalhou ainda como professor de história e geografia, oficial-maior da Secretaria de Governo de Pernambuco, diretor de Instrução Pública na mesma província, além de advogar em escritório próprio. Em sua carreira política, sempre ligado ao Partido Conservador, atuou como deputado provincial, deputado geral representando Pernambuco, como suplente do deputado João José Ferreira de Aguiar, vice-presidente da citada província, presidente das províncias do Pará, Minas Gerais e Bahia. No âmbito cultural, elaborou o projeto de fundação da Biblioteca Pública de sua província, foi um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde exerceu diversos cargos. Publicou ainda diversos trabalhos, como *Repertório da Constituição* (1865), *Constituição Política do Império do Brasil, confrontada com outras constituições e anotado* (1876), e os artigos "Chegada da família real portuguesa à província da Bahia" e "A Sabinada na província da Bahia" (1882), na Revista do IHGB. No Rio de Janeiro, manteve atuação como advogado (1874-1892), foi membro do conselho diretor da Associação Promotora da Instrução de Meninos (1875-1877) e condecorado como dignatário da Imperial Ordem da Rosa (1875). Em 1873, assumiu a direção do Arquivo Público do Império, cargo que ocupou até sua aposentadoria, em 1898. Morreu no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1907 (Gabler, 2015).

a tradição editorial da época (Lourenço, 2014). Castelo Branco, no entanto, destacou sua importância para os trabalhos de organização do acervo, afirmando que até então, era o modelo de classificação seguido na instituição.

Cabe ressaltar que esta obra foi escrita em 1937, 61 anos após a publicação do plano de classificação de Machado Portela. Esse extenso período de utilização do plano não deixa dúvidas sobre sua importância e influência na organização dos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional. Desse modo, a ideia de divulgação desse documento na íntegra partiu do desejo de tornar pública essa fonte, estimulando pesquisas que possam tratar de forma mais aprofundada o impacto do plano de 1876 na organização do acervo no Arquivo Nacional, ou uma possível influência deste plano em outras instituições, ou ainda, sobre a relação desse documento com os manuais e tratados sobre classificação no período de sua implementação.

DESENVOLVIMENTO

O estudo *O primeiro plano de classificação do Arquivo Nacional: experiências de preservação e ampliação do acervo, 1873-1889*, contextualiza a criação do Arquivo Público do Império no período de surgimento dos arquivos nacionais, a partir do final do século XVIII, período em que os valores do Antigo Regime começaram a entrar em decadência e a ideia de nação passou a configurar o pensamento ocidental. Nesse momento ainda, a história começou a se estabelecer como disciplina, e a sistematização das fontes documentais ganhou importância, já que se tornaram necessárias para subsidiar a produção historiográfica e comprovar a memória dos Estados. O texto traça ainda um breve panorama institucional entre 1838 e 1873, apontando seus principais marcos para, finalmente, tratar da administração Portela.

A pesquisa utilizou como metodologia a análise dos regulamentos do Arquivo Público; os relatórios anuais da direção, apresentados ao Ministério do Império; e ainda, o plano de classificação elaborado por Machado Portela. Com essas fontes foi possível apresentar dados como a quantidade de documentos enviados para a instituição, em determinados períodos; o número de caixas adquiridas para o acondicionamento e preservação do acervo; e os critérios utilizados para elaboração do plano de classificação, que nortearia os trabalhos do Arquivo pelas décadas seguintes.

A preocupação em organizar os registros documentais surgiu ainda na Antiguidade e foi evoluindo conforme o aumento das atividades de governo e da produção de documentos, em especial com o surgimento dos Estados modernos. Os primeiros manuais de classificação surgiram no século XVI, sendo *De re diplomatica*, de Mabillon, considerada a obra precursora. Mabillon estabelecia “um método sistemático de investigação para determinar os fatos e eventos nos quais os documentos se inseriam e não noções sobre organização ou descrição” (Schellenberg, 2006, p. 97-98; Sousa, 2006, p. 123).

As formas de classificar foram diversas, elaboradas em bases metódicas, utilizando geralmente a ordenação cronológica, sem considerar a organicidade dos documentos. Essa metodologia, entretanto, foi posta em xeque com a concentração dos diversos arquivos em um único local, a partir da institucionalização dos arquivos públicos. Um novo paradigma surge então no século XIX, e a classificação deixa de ser por assuntos ou temática, e passa a ser baseada no princípio de respeito aos fundos (Duchain, 1986, p. 17; Sousa, 2006, p. 123-124).

Tal princípio “consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica (...)” (Duchain, 1986, p. 14). De acordo com Esteves e Fonseca (2010, p. 88), não é possível afirmar que o princípio tenha

vido utilizado de imediato no Brasil, visto que a análise da prática de arranjo e descrição no Arquivo Nacional demonstrou que o respeito aos fundos só foi amplamente utilizado na instituição a partir dos anos de 1960. Porém, há indícios, nos relatórios dos diretores, de que o princípio de respeito aos fundos já fosse conhecido desde meados do século XIX.

O Arquivo Público do Império foi fundado pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838, que determinou suas atribuições. Porém, sucessivos relatórios de diretores apontaram dificuldades para seu funcionamento em suas primeiras décadas de existência (Castelo Branco, 1937). Célia Costa (1997) buscou relacionar o arquivo brasileiro ao processo de consolidação do Estado Imperial e à construção da nacionalidade, entre 1838 e 1860, concluindo que a instituição não cumpriu seu papel de instrumento da administração, visto que não conseguiu recolher plenamente os documentos produzidos pelo Estado, função que constava em suas atribuições. A autora constatou ainda que a instituição não exerceu a função de guardiã da memória, pois não conseguiu reunir os documentos necessários a escrita da história nacional.

Costa credita o insucesso do Arquivo Público do Império no desempenho das funções aos aspectos autoritários e patrimonialistas no Estado brasileiro. Nesse sentido, o Arquivo estaria mais próximo aos depósitos centrais do absolutismo, tendo o segredo de Estado como política, do que da concepção de um arquivo público aberto ao cidadão, como os arquivos europeus no período. Essa política de sigilo teria prejudicado ainda a remessa de documentos de órgãos da administração pública ao Arquivo Público do Império.

Essa situação começou a mudar em 1873, com a nomeação de Machado Portela, que viabilizou diversas transformações, muitas delas institucionalizadas no regulamento aprovado pelo decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Dentre elas, destacaram-se a criação da seção judiciária, da biblioteca e da mapoteca; a normalização

dos procedimentos para consulta do acervo; o projeto de uma aula de diplomática; o estabelecimento do cargo de cronista do Império; bem como a proposta de criação de um sistema de classificação documental. O plano de organizar o acervo do Arquivo Público do Império começou com um grande esforço em inventariar a documentação existente.

Segundo o relatório de 1874 (Arquivo Nacional, 1874), o inventário geral foi idealizado com duas finalidades. A primeira seria a de servir como base para o projeto de classificação geral dos documentos, tão reclamada por Portela e seus antecessores. Além disso, possibilitaria um maior controle da documentação, evitando possíveis extravios. Durante o ano de 1874, os funcionários se dedicaram a arrolar e rever a documentação da Seção Administrativa, composta por papéis oriundos de diversas instituições e referentes a vários assuntos, tendo destaque a documentação produzida pelo extinto Tribunal do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens.⁷⁰

No relatório seguinte, o inventário dos documentos passou a ser apresentado considerando a periodização da história do Brasil como um critério para a classificação do acervo. Esse modelo seria institucionalizado no regulamento de 1876, que determinou que “a classificação será feita por matérias, seguindo-se em cada matéria a ordem cronológica”. Sobre essa ordem, determinou que deveriam ser consideradas “as três épocas históricas do país: Brasil Colônia, Brasil Reino Unido e Brasil Império” (Brasil, 1876, p. 423-437). Mesma regra seria aplicada na organização dos catálogos, que deveriam ainda contar ainda com índices alfabéticos e cronológicos.

70

O Tribunal do Desembargo do Paço foi uma instituição de origem portuguesa e instalada no Brasil em 1808. Ainda que existissem na colônia órgãos judiciários, a implantação do tribunal ocorreu devido à transferência da corte joanina para o Brasil e das instituições necessárias para a administração lusa. O tribunal era composto pelas mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Apesar de o alvará de 1808 instituir um único tribunal, os dois órgãos mantiveram funcionamento e práticas distintas (MESA, 2011).

Além de determinar os critérios de classificação, o regulamento de 1876 trouxe grandes mudanças para a instituição, como a criação da seção judiciária, voltada para o arquivamento de documentos dessa natureza. Até então o Arquivo era dividido em três seções: administrativa, legislativa e histórica. Também criou a biblioteca, que seria composta pela coleção impressa da legislação, obras sobre direito público, administração, história e geografia do Brasil. Criou ainda a mapoteca, onde deveriam estar classificados os atlas, mapas, planos, plantas, cartas geográficas, hidrográficas relativas ao Brasil.

No que se refere aos aspectos de preservação, o regulamento instituiu um projeto de aula de diplomática, em que deveriam ser ensinadas paleografia, cronologia e a crítica histórica, técnicas de diplomática e regras de classificação. Previu, ainda, a elaboração de um plano geral de classificação dos documentos, com suas divisões e subdivisões, que seria exemplificado em um quadro sinótico. Também determinou um plano para a biblioteca e para mapoteca.

Em 20 de setembro de 1876, Joaquim Pires Machado Portela assinava o “Plano provisório da classificação de documentos do Arquivo Público” (Arquivo Nacional, s.d.). Segundo este plano, a documentação deveria ser classificada de acordo com o critério esquematizado a seguir: Seção - Classe - Série - Coleção. O item “seção” representava a unidade administrativa de guarda, que no caso do Arquivo Público seriam as seções Legislativa, Administrativa, Judiciária ou Histórica. Após ser definida a seção, a documentação deveria ser organizada segundo as classes predeterminadas pelo plano, depois pelas séries e coleções, seguindo as mesmas regras.

No relatório relativo ao ano 1877, Machado Portela menciona que a utilização do plano de provisório de classificação facilitou a identificação dos documentos:

[...] se ainda não posso dar conta de tudo com minuciosidade e exatidão, já disponho de melhores elementos para uma exposição menos deficiente acerca da natureza, quantidade, distribuição e guarda dos documentos deste Arquivo. Assim, e mesmo por amor do método, passarei a ocupar-me das atuais seções e respectivas divisões, mencionado não só o trabalho efetuado durante o ano, como o estado em que cada uma se acha, e quais os documentos mais notáveis que possui (Arquivo Nacional, 1877).

Nesse relatório podemos perceber ainda que as atividades realizadas eram descritas de acordo com as minúcias do plano, especificando cada detalhe ocorrido nas seções, classes, séries e coleções. O relatório também arrola a documentação remetida ao Arquivo Público naquele ano, o que permite verificar que instituição recebeu milhares de documentos em 1877. No caso deste relatório, não é possível mensurar o número exato, já que não apresenta dados absolutos em todas as seções. Entretanto, nos demais relatórios analisados o diretor apresenta os números exatos, que nos levou a elaborar a seguinte tabela:

Tabela 1 – Documentação recebida nas seções (1879-1883)

	1ª Seção (Legislativa)	2ª Seção (Administrativa)	3ª Seção (Judiciária)	4ª Seção (Histórica)
1879	478	76.834	1	3.413
1881	206	2.842	-	40
1882	90	7352	23	11
1883	47	6330	-	40

Fonte: Relatórios do diretor (1879, 1881, 1882, 1883).

Somando os dados da tabela acima, chegamos ao total de 97.707 documentos remetidos ao Arquivo Público em quatro anos, o que nos leva a crer que houve uma significativa entrada de documentos na instituição, com destaque para a documentação da Seção Administrativa, correspondente aos atos do Poder Executivo e do Poder Moderador, das secretarias de Estado e do Conselho de Estado, dentre outros.

Durante a pesquisa, percebemos ainda que a remessa não foi tão equilibrada entre todas as secretarias de Estado. Nos relatórios analisados, percebemos que as secretarias dos Negócios da Marinha, Justiça e Estrangeiros eram as que menos enviavam documentos à instituição. Cabe ressaltar, que além da documentação de governo, o Arquivo Público recebeu documentos dos agentes auxiliares e doações de particulares para suas seções e para a biblioteca.

Também identificamos na documentação pesquisada alguns escritórios (Arquivo Nacional, s.d.) prestando contas sobre a aquisição das caixas de folha de flandres, o que nos levou a calcular que entre 1876 e 1882, foram adquiridas 1018 unidades desse material. A caixa de folha de flandres era o material escolhido para acondicionar e conservar os documentos, e sua constante compra indica que muitos documentos foram classificados. Isso se justifica pois, depois de passarem por esse processo, os papéis eram guardados nessas caixas, como expôs o diretor em diferentes relatórios. No de 1876, por exemplo, é mencionado que os funcionários do Arquivo Público tinham classificado “todas as classes da 1ª seção em 47 caixas; as 13 primeiras classes da 2ª seção em 45 caixas; uma classe da 3ª seção em nove caixas; e sete classes da 4ª seção em duas caixas: total 103 caixas” (ARQUIVO NACIONAL, 1876). Além do acondicionamento em caixas, foi possível observar nos relatórios a prática de encadernação de documentos como leis, anais, relatórios, orçamentos, fascículos etc. Esse material era encadernado na oficina do Instituto dos Surdos-Mudos.

Da documentação existente nas seções, a maioria havia sido classificada entre 1876 e 1877. A queixa era de que faltavam documentos para se completarem as classes e coleções. Mas como muitas repartições enviaram seus documentos ao longo dos anos, esses podem ter sido acrescentados a algumas dessas coleções nos anos subsequentes. Pelos relatórios seguintes, é possível verificar ainda que o trabalho de classificação foi constante. À medida que os documentos chegavam à instituição, eram classificados em suas devidas seções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos sobre as atividades executadas nos levam a crer que durante a administração de Machado Portela houve um significativo crescimento do Arquivo Público do Império. Além da ampliação de sua estrutura administrativa, com a criação da Seção Judiciária, da biblioteca e da mapoteca, houve uma expansão do acervo através da remessa de documentos da maioria das secretarias de Estado, dos órgãos e instituições imperiais, além de doações particulares. Ademais, o “Plano provisório de classificação de documentos do Arquivo Público”, de 1876, pode ser considerado um marco no estabelecimento de procedimentos de organização dos documentos já existentes e dos que eram enviados periodicamente pelas diversas instituições e pessoas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Ofícios diversos**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Plano provisório de classificação dos documentos do Arquivo Público, por Joaquim Pires Machado Portela**. Arquivo Nacional, Fundo Diversos — SDH - Caixas, caixa 570.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1873). Apresentado em março de 1874**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 2.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1874). Apresentado em 23 de abril de 1875**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 2.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1875-1876). Apresentado em 13 de outubro de 1876**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 2.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1876). Apresentado em 11 de outubro de 1877**. Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1877). Apresentado em 3 de março de 1878.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1879). Apresentado em 15 de março de 1880.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 6.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1881). Apresentado em 19 de dezembro de 1881.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 3.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1882). Apresentado em 31 de março de 1883.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 5.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório do diretor (1883). Apresentado em 31 de março de 1884.** Arquivo Nacional, Fundo Arquivo Nacional, caixa AN 6.

BRASIL. Decreto n. 6.164, de 24 de março de 1876. Reorganiza o Arquivo Público do Império. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 423-437, 1876.

BRASIL. Decreto n. 8.820, de 30 de dezembro de 1882. Aprova o regulamento para execução da lei n. 3.129, de 14 de outubro de 1882. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, parte 2, p. 636-657, 1883.

BRASIL. Decreto n. 10, de 21 de novembro de 1889. Altera a denominação do Arquivo Público do Império. **Decretos do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, primeiro fascículo, p. 8, 1890.

BRASIL. Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, tomo 1, parte 2, p. 58-64, 1860.

CASTELO BRANCO, P. H. de T. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1937.

COSTA, C. M. L. **Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 188-191.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Tradução de Maria Amélia Gomes Leite. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCHEIN, M. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.

ESTEVÃO, S. N. M.; FONSECA, V. M. M. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.81-108, jan./jun. 2010.

GABLER, L. **Entre a administração e a história:** o lugar do Arquivo Público do Império nos projetos de modernização do Estado na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

GABLER, L. **O primeiro plano de classificação do Arquivo Nacional:** experiências de preservação e ampliação do acervo, 1873-1889. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <https://1nk.dev/JZIZP>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LOURENÇO, M. S. **Do acervo ao livro:** as publicações do Arquivo Nacional (1886-1922). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MESA do Desembargo do Paço. *In:* **DICIONÁRIO da administração pública brasileira do período colonial (1500-1822)**, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2Fg8tKb>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos Arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 120-142, ago./dez. 2006.